



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, ATENÇÃO À SAÚDE E BENEFÍCIOS
ESCOLA DE FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE SERVIDORES

FORMULÁRIO DE INSTRUÇÃO PARA CONTRATAÇÃO CURSO ABERTO

DADOS DO CURSO			
Nome: Curso Lei 14.133 na Prática: Planejamento, Licitação, Contratação e Fiscalização de Bens, Serviços e Obras			
Período: 11 e 12/12/2023			
Horário: 8:30h às 17:30h			
Local do treinamento: Ambiente Virtual			
Endereço: -			
Bairro: -	CEP: -	Cidade: -	Estado: -
Carga Horária: 16h	Tel: (61) 3049-3091	Email: www.capacitytreinamentos.com.br	
INFORMAÇÕES SOBRE O CURSO			
Trata-se de contratação de 02 (dois) inscrições no “Curso Lei nº 14.133 na Prática: Planejamento, Licitação, Contratação e Fiscalização de Bens, Serviços e Obras”, modalidade online, nos dias 11 e 12 de dezembro de 2023, com carga horária 16h, das 8:30h às 17:30h. Características: *Aulas em ambiente virtual 100% Ao Vivo interativas; * Duração do curso: 16 horas; * Emissão do certificado em formato digital. Requisitos técnicos recomendados: Antes do início da videoconferência, os requisitos abaixo listados devem ser avaliados para o bom funcionamento da plataforma e aproveitamento do curso. Recomendamos as seguintes especificações técnicas mínimas de hardware e software: *Computador com bom desempenho; *Conexão de internet via cabo e velocidade mínima de 10mbps; *Webcam e microfone; *Sistema de sonorização com qualidade (preferencialmente fone); e *Navegador: Utilizar preferencialmente o Google Chrome, ou as versões atualizadas do Mozilla Firefox e Internet Explorer. Este Curso inclui: *Aulas em Ambiente Virtual - 100% Ao Vivo; *2 dias de Replay após a sua Realização; *10 dias de Fórum - Dúvidas com o Instrutor; *Certificado de Conclusão; *Apostila Digital. Ressaltamos que, em que pese à presente contratação não constar no PAC 2023, trata-se demanda específica da unidade, diante da edição de novo regramento legal.			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
Nova lei de Licitações (Lei 14.133/2021) novidades relevantes em comparação à Lei 8.666/93: Análise e entendimentos do TCU; Governança, Planejamento Estratégico e o Plano anual de contratações Responsabilidades e Segregação			

de funções e Responsabilidades dos Gestores e Fiscais;
Fase Interna e Planejamento da Licitação;
Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência: como elaborar, principais riscos e melhores práticas;
Projeto Básico e Projetos Executivos para serviços, obras e reformas: como elaborar, principais riscos e melhores práticas;
Estudo do produto: Quantitativo e Qualidade;
Identificação e justificativa da necessidade;
Escolha entre Aquisição ou Locação;
Instrução processual e responsabilidades
Definição das modalidades licitatórias;
Exigências do Edital;
Indicação de Marcas;
Bens de Luxo;
Padronizações;
Instrumentos Auxiliares: Credenciamento; Pré-qualificação; Procedimento de manifestação de interesse; Sistema de registro de preços;
Parcelamento, Fracionamento, Fragmentação;
Registro cadastral;
Detalhamento do produto, materiais, procedimentos e soluções;
Aprovação do Ordenador de Despesa e sua responsabilidade;
Autoridades, Agente de Contratação, Equipe de Licitação, Gestor de Contrato, Fiscal de Contrato
Designação do Agente Público e/ou Comissão;
Publicação da designação;
Temas relevantes na Contratação de Serviços Terceirizados, Obras de engenharia e aquisição de bens móveis e imóveis;
Preços:
Como realizar a pesquisa de preços na prática (Jurisprudência, melhores práticas e alternativas no estabelecimento dos valores de licitação, inexigibilidade e dispensas);
Mapas comparativos de preços sobrepreço, preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento;
Microempresa e Empresa de Pequeno Porte: exclusividade em licitações, preferências e benefícios;
Criação de ANS – Acordo de Nível de Serviço;
Parecer jurídico;
Julgamento;
Critérios de Habilitação;
Questões relevantes sobre contratações diretas: Dispensas, Inexigibilidades e Contratações Emergenciais;
Análise e Gestão de Riscos, Elaboração da Matriz de Riscos, Integridade, *Compliance* e Transparência;
Controle dos procedimentos e a avaliação de resultado;
Empenho, liquidação da despesa e pagamento;
Ordem de Serviço;
Recebimento;
Superfaturamento;
Garantias, formalização e duração contratuais;
Gestão, medição e pagamento;
Recebimento, glosas e controvérsias;
Punições aos contratados;
Preposto e comunicações ao contratado;
Fiscalização dos contratos, Controles Internos e Linhas de Defesa;
Boas práticas e exemplos comparativos de situações críticas e relevantes para os gestores e fiscais;
Temas relevantes na Contratação de Serviços Terceirizados, Obras de engenharia e aquisição de bens móveis e imóveis;
Matriz de Riscos;
Termos aditivos, Repactuações, Reajustes, índices, convenção coletiva, variação dos custos do contrato;

Instrução processual e formalização;
Responsabilidades e divisão de atribuições dos gestores e fiscais;
Segregação de funções;
Participação dos gestores e setores requisitantes na fase interna do planejamento da licitação;
Aplicação das normas:
IN 05/2017, IN 58/22, IN 40/20, IN 49/20, IN 73/20 e IN 65/21, Manual de Riscos e Controle nas Aquisições (RCA/TCU), Súmula nº 247 do TCU, Acórdão TCU nº 588/2018-Plenário (Governança nas Contratações) e demais acórdãos e jurisprudências aplicáveis.

SERVIDORES QUE REALIZARÃO O TREINAMENTO

2 (dois) servidores lotados na COGELIC:

*Cristian Patric de Sousa Santos

*Luiz Gabriel Silva Vasconcelos Mota

JUSTIFICATIVA PARA O TREINAMENTO

Necessidade de capacitar os servidores da área em relação aos procedimentos de recebimento, fiscalização de contratos, avaliação de resultados e medidas necessárias em relação às normas aplicáveis atuais e boas práticas relativas a contratos de bens, serviços e obras.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – CONTRATAÇÃO DIRETA

A modalidade que se aventa como a mais apropriada é a do permissivo legal da **inexigibilidade de licitação**, com contratação direta, já que se trata de evento aberto a terceiros, com objeto único.

Art. 74 É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III – contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

f – treinamento e aperfeiçoamento de pessoal

Por fim, foram juntados extratos de inexigibilidade a fim de comprovar a vantajosidade da contratação.

COMPATIBILIDADE COM OS PREÇOS PRATICADOS NO MERCADO

Trata-se de contratação cujo valor é o mesmo para qualquer interessado (página de inscrição da empresa na internet: <https://www.capacitytreinamentos.com.br/treinamento/47/lei-14133-na-pratica-planejamento-licitacao-contratacao-e-fiscalizacao-de-bens-servicos-e-obras-demais-orientacoes-lei-1413321-lei-866693-instrucoes-normativas-in-052017-in-5822-in-4020-in-4920-in-7320-e-in-6521> e apresenta compatibilidade com os preços praticados no mercado.

Art. 72 O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

(...)

VII - justificativa do preço.

(...)

Preço Individual: R\$ 1.990,00

2 (dois) participantes: R\$ 3.980,00

Cumprir destacar que este TRE possui Carta de Crédito junto a esta empresa no valor de R\$2.790,00

(dois mil setecentos e noventa reais).

CERTIDÕES E CONSULTAS EXIGIDAS

Para possibilitar a contratação, juntamos as seguintes certidões/consultas:

1. Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral;
2. Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
3. Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
4. Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
5. Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Municipais;
6. Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas;
7. Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade;
8. Consulta ao Sistema de Cadastramento de Fornecedores – SICAF;
9. Portal da Transparência – busca por Sanções;
10. Consulta Simples Nacional.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Quanto à dotação para a referida despesa, a mesma correrá por conta da AÇÃO ESTRATÉGICA: CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS – Treinamentos em Geral - PAC 2023.

DADOS DA EMPRESA

Empresa: Capacity Treinamento e Aperfeiçoamento Ltda			CNPJ: 18.133.018/0001-27
Endereço: Quadra 03 – Conjunto A, Lote 42, Sala 402			
Bairro: Setor Residencial Leste	CEP: 73.350-301	Cidade: Brasília	Estado: DF
Telefone: (61) 8442.1761		End. Eletrônico:	
Nome do Contato: Michele			
Telefone:		End. Eletrônico:	

DADOS BANCÁRIOS

Banco: 001
Agência: 1230-0
Conta Corrente: 125.595-9

VALORES DO EVENTO

Valor Individual: R\$ 1.990,00	Carta de Crédito: R\$ 2.790,00	Qtd. Servidores: 02	Valor Total: R\$ 1.190,00
--	--	-------------------------------	-------------------------------------

Salvador, 14 de Novembro de 2023

Carla Cristine de Sousa Santos

Analista Judiciário

Matrícula 571